

EDP Ventures Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

EDP VENTURES S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	702	996
Outros tributos compensáveis	4	17	7
Total do Ativo Circulante		719	1.003
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	2.500	2.500
Empréstimos a receber	8	14.689	12.713
		17.189	15.213
Investimentos	11	22.447	22.447
		22.447	22.447
Total do Ativo Não circulante		39.636	37.660
TOTAL DO ATIVO		40.355	38.663
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	9	79	82
Outros tributos a recolher	4	41	44
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10	461	435
Outras contas a pagar		36	42
Total do Passivo Circulante		617	603
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	1.400	16.455
Provisão para passivo a descoberto	11.1	4.032	2.329
Outras contas a pagar		127	
Total do Passivo Não circulante		5.559	18.784
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	40.656	22.201
Prejuízos acumulados		(6.477)	(2.925)
Total do Patrimônio líquido		34.179	19.276
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		40.355	38.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas e Receitas administrativas	14		
Despesas gerais e administrativas		(2.371)	(2.536)
		<u>(2.371)</u>	<u>(2.536)</u>
Resultado das participações societárias		(1.703)	114
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		<u>(4.074)</u>	<u>(2.422)</u>
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		895	1.128
Despesas financeiras		(373)	(45)
		<u>522</u>	<u>1.083</u>
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		<u>(3.552)</u>	<u>(1.339)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(3.552)</u>	<u>(1.339)</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,54638)	(0,20597)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(3.552)	(1.339)
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(3.552)</u></u>	<u><u>(1.339)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.501	(1.586)	4.915
Aumento de capital - AGOE de 30/04/2021	15.700		15.700
Prejuízo do exercício		(1.339)	(1.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22.201	(2.925)	19.276
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22.201	(2.925)	19.276
Aumento de capital - AGOE de 29/04/2022	18.455		18.455
Prejuízo do exercício		(3.552)	(3.552)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.656	(6.477)	34.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(3.552)	(1.339)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos a receber		(439)	(819)
Resultado de participações societárias		1.703	(114)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1)	1
		<u>(2.289)</u>	<u>(2.271)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Imposto de renda e contribuição social a compensar			7
Outros tributos compensáveis		(16)	
		<u>(16)</u>	<u>7</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(3)	20
Outros tributos a recolher		4	11
Obrigações Sociais e Trabalhistas		26	
Outros passivos operacionais		121	121
		<u>148</u>	<u>152</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais		<u>(2.157)</u>	<u>(2.112)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(2.157)</u>	<u>(2.112)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimento			(20.004)
Títulos e valores mobiliários			(750)
Empréstimos a receber		(1.537)	(7.376)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.537)</u>	<u>(28.130)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.400	16.455
Aumento de capital social		2.000	13.700
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	19.1	<u>3.400</u>	<u>30.155</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>(294)</u>	<u>(87)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		702	996
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		996	1.083
		<u>(294)</u>	<u>(87)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	2022	2021
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(246)</u>	<u>(825)</u>
Serviços de terceiros	(131)	(804)
Outros custos operacionais	(115)	(21)
Valor adicionado bruto	<u>(246)</u>	<u>(825)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	938	1.169
Resultado da equivalência patrimonial	(1.703)	114
Valor adicionado total a distribuir	<u>(1.011)</u>	<u>458</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	1.764	1.459
Benefícios	96	70
FGTS	82	46
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	226	176
Estaduais		1
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	373	45
	<u>2.541</u>	<u>1.797</u>
Prejuízo do exercício	<u>(3.552)</u>	<u>(1.339)</u>
	<u>(1.011)</u>	<u>458</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A EDP Ventures S.A. (Companhia, Controladora ou EDP Ventures) foi constituída em 14 de junho de 2018, com sua sede localizada no município de São Paulo no Estado de São Paulo. A Companhia está constituída sob forma de sociedade por ações de capital fechado e é controlada integral da EDP - Energias do Brasil (Controladora ou EDP - Energias do Brasil).

A Companhia tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como sócia, acionista, quotista ou consorciada, (ii) participar em negócios e empreendimentos de empresas consideradas "startups" dos mais diversos segmentos, os quais tenham como princípio a inovação, no Brasil e/ou no exterior, (iii) gerir ativos de empresas, (iv) assinar convênios e parcerias com empresas em geral para o auxílio e/ou investimento no desenvolvimento de questões ligadas a inovação, (v) executar programas e projetos de estímulo ao desenvolvimento de atividades de inovação e (vi) a prática de atos de comércio em geral, relacionados às atividades correlacionadas.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui a seguinte participação:

Empresa	Classificação	Consolidação	% Participação	
			31/12/2022	
			Direta	Indireta
Serviços				
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol)	Coligada	por equivalência patrimonial	40	40

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 18.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Revisão Contratos Onerosos	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i>	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024

Os normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	45	169
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	657	827
	657	827
Total	702	996

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Em 31 de dezembro de 2022 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados à taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 18.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	1	-	(7)	6	-
Total Circulante	-	-	1	-	(7)	6	-
Outros tributos compensáveis							
IRRF sobre aplicações financeiras	7	16	-	-	-	(6)	17
Total Circulante	7	16	-	-	-	(6)	17
Passivos a recolher							
Outros tributos a recolher							
PIS e COFINS	4	42	-	(37)	(7)	-	2
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	3	-	-	(2)	-	-	1
Encargos com pessoal	37	418	-	(417)	-	-	38
Total Circulante	44	460	-	(456)	(7)	-	41

5 Partes relacionadas

Além do contrato de mútuo a pagar para sua controladora (Nota 15), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relaciona- mento	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
			Não circulante		Não circulante		Receita financeira	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC								
EDP - Energias do Brasil	Controladora				1.400	16.455		
Empréstimos a receber								
Contratos de mútuo - 6,50% do IPCA								
Blue Sol	Controlada em conjunto	01/01/2019 a 01/12/2023	1.903	1.710			193	110
			<u>1.903</u>	<u>1.710</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>193</u>	<u>110</u>
			<u>1.903</u>	<u>1.710</u>	<u>1.400</u>	<u>16.455</u>	<u>193</u>	<u>110</u>

6 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.455
AFACs - EDP Brasil	3.400
Aumento de Capital social (Nota 13.1)	(18.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.400</u>

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

6.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

6.2 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2022	2021
Remuneração (a)	855	686
Benefícios de curto prazo (b)	28	25
Total	<u>883</u>	<u>711</u>

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

7 Títulos e valores mobiliários - TVM

O montante de R\$2.500 trata-se de dois investimentos em ações preferenciais, em duas empresas de alta tecnologia, as quais foram classificadas contabilmente como instrumentos patrimoniais, mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros, por conta do modelo de negócios da Companhia, *holding* de investimentos, que visa a oportunidade de ganhos patrimoniais e potenciais sinergias tecnológicas com as empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, mas não o de controle, maturidade do investimento e obtenção de dividendos no curto prazo.

O primeiro deles, no montante de R\$1.000, representa a participação acionária na sociedade Dom Rock Serviços em Tecnologia Ltda., empresa inovadora *startup* que possui como modelo de negócios a prestação de consultorias e análise de desempenho, por meio de tecnologia e inteligência artificial. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 19.470 ações preferenciais, representando uma participação minoritária do total de ações.

Por fim, o segundo investimento, no montante de R\$1.500, representa a participação acionária na sociedade Fractal Engenharia e Sistemas S.A., *startup*, que desenvolveu uma plataforma tecnológica integrada para realizar o gerenciamento em tempo real dos riscos hidrológicos e controle de barragens em usinas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 50.000 ações preferenciais, representando uma participação minoritária do total de ações.

8

Empréstimos a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$14.689 (R\$12.713 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a cinco contratos de mútuo conversíveis em ações e um contrato SAFE (*Simple Agreement For Future Equity*). Todos os contratos são classificados contabilmente como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros, uma vez que, apesar dos juros e demais atualizações contratuais de ambos os instrumentos, na essência, os mesmos foram obtidos pela Companhia com o objetivo de ganho patrimonial futuro, e não apenas de principal adicionado aos juros.

• **Mútuo conversível em ações**

Delfos Serviços Inteligentes Ltda.

R\$2.885 (R\$2.653), com vigência inicial de dezembro de 2018 a março de 2026, atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4%a.a., e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

Voltbras Eletropostos Agenciamento Ltda.

R\$1.957 (R\$1.822) com vigência inicial de dezembro de 2019 a dezembro de 2027 no valor principal de R\$1.822, atualizado somente pelo IPCA, não havendo juros remuneratórios, e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

Blue Sol Participações S.A.

R\$1.903 (R\$1.710) com vigência inicial de janeiro de 2019 a dezembro de 2023, no valor principal de R\$1.600, atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 6,5%a.a., e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

Time Energy Indústria e Comércio Ltda.

R\$4.084 (R\$2.339) com vigência inicial de setembro de 2020 a março de 2024, no valor principal de R\$2.000, atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4%a.a., e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

Colab Tecnologia e Serviços de Internet S.A.

R\$541 (R\$529) com vigência inicial de junho de 2020 a indeterminado, no valor principal de R\$500, com juros remuneratórios de 4%a.a., e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

• **SAFE**

Clarke Software Development

R\$3.319 (R\$3.660) refere-se a um contrato diferente dos demais, ocorreu um aporte inicial de R\$3.660 (US\$600) em novembro de 2021. O contrato prevê que a Companhia tenha o direito de converter o investimento em participação societária após a ocorrência de um evento específico e não há incidência de juros.

9

Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$79 (R\$82 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a valores a pagar relativos a compras de materiais e serviços.

10 Obrigações Sociais e Trabalhistas

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$461 (R\$435 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

• Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

11.1 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto

	Controladora		% Participação Direta		
	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
<i>Goodwill</i>					
Blue Sol	22.447	-	22.447	40,00	40,00
Total	22.447	-	22.447		
Provisão para passivo a descoberto					
Blue Sol	(2.329)	(1.703)	(4.032)	40,00	40,00
Total de Provisão para passivo a descoberto	(2.329)	(1.703)	(4.032)		
Total dos Investimentos	20.118	(1.703)	18.415		

11.2 Participação indireta do investimento

	31/12/2022	31/12/2021
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		
Ordinárias	66.665	66.665
Capital social integralizado	40	40
Capital votante	40	40
Ativos totais	3.319	23.785
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	13.398	29.208
Patrimônio líquido	(10.079)	(5.423)
Prejuízo do exercício	(3.299)	(2.310)

11.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	Blue Sol	
	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido - Saldo inicial	(5.822)	(6.107)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(4.258)	285
Patrimônio líquido - Saldo final	(10.080)	(5.822)
Percentual de participação societária - %	40%	40%
Participação nos investimentos	(4.032)	(2.330)
<i>Goodwill</i>	22.447	22.447
Saldo contábil do investimento na Controladora	18.415	20.117

12 Divulgação em outras Entidades

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as demonstrações financeiras condensadas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes e coligada estão apresentadas a seguir. Os investimentos destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as IFRSs.

12.1 Coligada

A Companhia detém 40% do capital votante da Blue Sol Participações S.A. ("Blue Sol"), detentora da Blue Sol Energia Solar LTDA., Blue Sol Franquia LTDA. e Blue Sol Educacional LTDA., através de sua controlada EDP Ventures, tendo ainda a opção de adquirir o seu controle 3 anos e meio após a data de conclusão do Acordo de Investimentos.

A Blue Sol Participações S.A. tem o papel funcional de *holding* para as demais empresas do grupo. Foi constituída em 08 de dezembro de 2020.

As informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da Blue Sol com base nas informações financeiras de 30 de novembro de 2022.

12.2 Demonstrações financeiras individuais condensadas

Balanco Patrimonial

Ativo	30/11/2022	31/12/2021	Passivo	30/11/2022	31/12/2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	31	30	Fornecedores	-	-
	31	30		-	-
Não circulante			Não circulante		
Outros ativos não circulantes	1.776	21.561	Outro passivos não circulantes	13.398	29.208
	1.776	21.561		13.398	29.208
Investimentos	1.512	2.194	Patrimônio Líquido	(10.079)	(5.423)
Total do ativo	3.319	23.785	Total do passivo e patrimônio líquido	3.319	23.785

Demonstração do Resultado

	30/11/2022	30/11/2021
Despesas e Receitas operacionais	(22)	(8)
Resultado das participações societárias	(3.081)	(2.177)
Resultado financeiro	(196)	(126)
Resultado líquido do exercício	(3.299)	(2.311)

13 Capital social

13.1 O Capital social em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito é de R\$40.656 (R\$22.201 em 31 de dezembro de 2021), composto de 6.501.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela Controladora.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 29 de abril de 2022, o aumento do Capital social da Companhia no valor de R\$18.455, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas de titularidade da acionista EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

14 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2022	2021
	Despesas Operacionais	
	Gerais e administrativas	
Pessoal e Administradores	2.125	1.710
Serviços de terceiros	131	804
Outras	115	22
Total	2.371	2.536

15 Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	3	93	42
Juros e multa sobre tributos	4	1	(1)
Outros juros e variações monetárias		32	309
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(43)	(41)
Outras receitas financeiras		812	819
		895	1.128
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos		(373)	(45)
		(373)	(45)
Total		522	1.083

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2022	2021
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(3.552)	(1.339)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	1.208	455
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Resultados de equivalência patrimonial	(579)	39
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(544)	-
Outras	(85)	(494)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

17 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(3.552)	(1.339)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	6.501	6.501
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,54638)	(0,20597)

18 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

18.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

18.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Nível	Valor justo		Valor contábil		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Aplicações financeiras	3	Nível 2	657	827	657	827
Empréstimos a receber	8	Nível 2	14.689	12.713	14.689	12.713
Títulos e valores mobiliários	7	Nível 2	2.500	2.500	2.500	2.500
			<u>17.846</u>	<u>16.040</u>	<u>17.846</u>	<u>16.040</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	45	169	45	169
			<u>45</u>	<u>169</u>	<u>45</u>	<u>169</u>
Total			<u>17.891</u>	<u>16.209</u>	<u>17.891</u>	<u>16.209</u>
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	9	Nível 2	79	82	79	82
Total			<u>79</u>	<u>82</u>	<u>79</u>	<u>82</u>

18.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

18.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

18.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Clientes diferem do seu valor contábil.

18.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo, quando aplicável, regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

18.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

Dessa forma, o Grupo EDP - Energias do Brasil possui uma área de Riscos e Crise, na qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises, com o objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, para que sejam tomadas as providências necessárias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

18.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições a variação cambial e juros atreladas à dívidas em moeda estrangeira.

18.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			cenário provável					
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	657	44	44	11	21	(11)	(22)
Títulos e valores mobiliários	CDI	2.500						
Empréstimos a receber	CDI	14.689						
Instrumentos financeiros ativos	CDI	15.346	44	44	11	21	(11)	(22)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos entre 7,6% e 13,8% a.a.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3). A Companhia em 31 de dezembro de 2022 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e, quando aplicável, Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022		31/12/2021
	Até 1 mês	Total	Total
Passivos Financeiros			
Fornecedores	79	79	82
	79	79	82

18.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas, quando aplicável, não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

18.2.4 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2022	31/12/2021
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(702)	(996)
(-) Títulos e valores mobiliários	(2.500)	(2.500)
Dívida líquida	(3.202)	(3.496)
Total do Patrimônio Líquido	34.179	19.276
Total do capital	30.977	15.780
Índice de alavancagem financeira - %	-10,34%	-22,15%

19 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

19.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2022			
		Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa	
Nota	Adições/ baixas			Saldo em 31/12/2022	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Acionistas não controladores					
	6	16.455	1.400	(16.455)	1.400
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC					
	13.1	22.201	2.000	16.455	40.656
Capital social					
		38.656	3.400	-	42.056
		2021			
		Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa	
Nota	Adições/ baixas			Saldo em 31/12/2021	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Acionistas não controladores					
		2.000	16.455	(2.000)	18.455
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC					
		6.501	13.700	2.000	20.201
Capital social					
		8.501	30.155	-	38.656

19.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício de 2022, houve o valor de R\$1.400 (R\$16.455 em 31 de dezembro de 2021) relacionado Aumento de capital com integralização de AFAC

20 Compromissos contratuais e Garantias

20.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2022				31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	Total geral	Total geral
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	751	342	112	1.205	1.206
	751	342	112	1.205	1.206

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022				31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	Total geral	Total geral
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	725	366	134	1.225	1.256
	725	366	134	1.225	1.256

21 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovada pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Responsabilidade civil		50.000		
Seguro de vida	1.778	(*)	1.513	(*)

(*) Na Companhia, o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

- (i) Responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$6.000; e
- (ii) Responsabilidade civil - Engenharia para os projetos em andamento, com cobertura totalizando R\$21.500.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

22 Evento subsequente

22.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais conseqüências desse julgamento.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Paula Garrido de Pina Marques
Presidente

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Vice-Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Luis Filipe Ferreira Manuel
Conselheiro

Frederico Miguel Simões Tomé de Bilelo Gonçalves
Conselheiro

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Daniel Bruder Silveira Sarmento
Diretor

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor-Presidente

Diogo Franzon Baraban
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador - CRC 1SP271964/O-6